
A LINGÜÍSTICA NA COMUNICAÇÃO

Telma Domingues da Silva*

Resumo

Este artigo analisa relações teóricas e históricas que instituíram a área das Comunicações no Brasil, na articulação produzida pelas determinações das novas tecnologias na década de 1960 (as tecnologias audiovisuais do cinema e da televisão) e pela circulação, nos cursos dessa área, de conceitos identificados ao estruturalismo lingüístico. Entre os autores que se tornaram referência para as abordagens da Semiótica, Semiologia e Teoria da Comunicação, destaca-se o lingüista Roman Jakobson. Assim, o evento da visita de Jakobson à USP, no ano de 1968, é aqui tomado como acontecimento na História das Idéias Lingüísticas, para uma compreensão sobre a estruturação dessa área no país, em parte de suas bases conceituais.

Este artigo traz uma contribuição para a discussão dos processos de institucionalização e disciplinarização, que envolvem, de modo geral, as políticas de ensino, de línguas e tecnologias da linguagem, através de alguns aspectos da análise da institucionalização da televisão no país, desenvolvida por mim em tese de doutoramento.¹

* Doutora em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ Telma Domingues da Silva, *Televisão brasileira: a comunicação institucionalizada*. Tese de doutoramento desenvolvida no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2002.

Na pesquisa concluída, procurei compreender de que forma a Teoria Lingüística participa enquanto base teórico-metodológica na área das Comunicações, dando início a uma reflexão sobre como se constitui, na Universidade, a possibilidade de formação desse profissional: o *profissional da comunicação* ou “profissional da linguagem”. O presente trabalho aprofunda essa reflexão como questão para a área da História das Idéias Lingüísticas. Nele, focalizo as condições institucionais que se relacionam à circulação, na Universidade, de determinados conceitos lingüísticos como próprios à área das Comunicações. No contexto histórico mais amplo, a divulgação desses conceitos lingüísticos relaciona-se ao desenvolvimento da tecnologia audiovisual da televisão, em seus efeitos sobre a estruturação das disciplinas de conhecimento.

No contexto das abordagens da Teoria da Comunicação, da Semiologia e da Semiótica,² encontramos diversos autores provenientes da Lingüística e, entre eles, Roman Jakobson. Outros autores, como Roland Barthes, Greimas, Umberto Eco etc. têm suas obras fundamentalmente voltadas para a discussão sobre a produção de narrativas, a arte, a mídia etc.

Jakobson tem contribuições diversificadas na Fonologia, na Aquisição da Linguagem e na Neurolingüística, por exemplo, além de um trabalho de “caráter interdisciplinar”, em que se destaca o modelo das funções da linguagem. Tem ainda a especificidade de um trânsito entre as pesquisas lingüísticas e antropológicas na Europa e nos EUA, entre o Círculo Lingüístico de Praga e o Círculo Lingüístico de Nova York. A partir de 1943, Jakobson vai para os EUA, lecionando na Escola Libre des Hautes Etudes, nas universidades de Columbia e de Harvard e no MIT.³

² Para alguns autores, torna-se relevante distinguir Semiótica e Semiologia, como se faz na PUC-SP, por exemplo, em que se afirma uma Semiótica, que seria embasada pelo trabalho de Peirce, distinguindo-se da Semiologia Lingüística, representada, por exemplo, pela obra de Roland Barthes. A Semiótica peirceniana caracteriza-se por afirmar a não supremacia do código verbal sobre os outros códigos. Observa-se que, em depoimento a ser analisado neste artigo, o professor Isidoro Blickstein menciona os dois termos, não se verificando, aparentemente, sentidos diferentes.

³ Cf. Jakobson (1970), para informações bibliográficas sobre esse autor. Na tese de doutoramento, procurei também compreender o percurso de Jakobson, primeiramente em sua participação nos círculos lingüísticos na Europa e posteriormente em seus trabalhos desenvolvidos nos EUA, contexto em que conhecerá a chamada Teoria da Informação. A relação de suas reflexões para com essa teoria será aqui considerada especificamente.

No que concerne à circulação e produção de conceitos, as abordagens da Semiótica/ Semiologia/ Teoria da Comunicação promoveram e promovem a difusão interdisciplinar de noções como as de *signo*, *código*, *sistema* etc., entre outras, identificadas ao estruturalismo lingüístico. A associação do estruturalismo para com as teorias da informação constitui o que podemos compreender como um viés antropológico da Lingüística. Nessas abordagens, os conceitos citados do estruturalismo lingüístico irão se relacionar diretamente com a possibilidade de um *tratamento instrumental da linguagem*. No limite, toda linguagem e/ou tudo na linguagem poderá ser compreendido como um *sistema* fechado, *signos* em relação entre si, em que o sujeito da linguagem é tomado em uma concepção cognitiva, como contrapartida dessa linguagem/instrumento de comunicação.

As críticas à visão instrumental da linguagem e ao sujeito cognitivo são já antigas e bastante difundidas. São também centrais para o posicionamento de outras abordagens, como a AD e a Semântica Histórica da Enunciação. Porém, mais do que reafirmar essas críticas, o objetivo dessa reflexão é compreender em que condições ocorrem no Brasil, simultaneamente, o *desenvolvimento das tecnologias da linguagem* e o *desenvolvimento das abordagens de tratamento técnico da linguagem*.

Uma televisão nacional

No projeto História das Idéias Lingüísticas, os estudos sobre a língua no Brasil são divididos por Guimarães (2004) em quatro períodos, levando em conta a ordem política e institucional, em sua correlação com o conhecimento produzido. O quarto período tem início nos anos 1960 e corresponde à implantação da Lingüística em todos os cursos de graduação em Letras no país.

A partir desse momento, desenvolvem-se também os cursos de Comunicação. Significando um período de transformação cultural no país, o investimento nas Comunicações toma a forma da institucionalização de uma *televisão nacional*, como processo de constituição de uma identidade cultural do brasileiro através da mídia.⁴ Foi objetivo, em minha tese, mostrar que com a televisão, no Brasil, realiza-se uma

⁴ Entre os estudos que analisam a televisão brasileira como produção cultural em um sentido popular/nacional, podemos citar Pereira e Miranda (1983) e Kehl (1986).

transferência tecnológica das produções culturais e do jornalismo, de uma realização pela *imprensa* (como reprodução gráfica) para a realização na *mídia* (como reprodução eletrônica).

A construção da linguagem audiovisual da televisão como uma nova tecnologia implica o desenvolvimento de mão-de-obra e de instrumentos, de técnicas, de uma normatização, em função de uma qualificação profissional específica. Nesse sentido, podemos apontar relações entre a criação das instituições de formação profissional na área, a regulamentação pelos órgãos de governo e associações profissionais e o desenvolvimento da televisão no país.

A expansão da televisão, no Brasil, sustenta (-se em) um período de transformação da política cultural. Realiza-se nas décadas de 1960 e 70, como parte de um projeto de modernização e integração do país, diretrizes do governo militar, que o marcam ideologicamente. Durante esse período, a primeira Escola de Comunicação será fundada em 1962 na Universidade de Brasília, em uma estruturação planejada pelo jornalista Pompeu de Souza, em três segmentos, 1) jornalismo, 2) televisão, rádio e cinema e 3) publicidade e propaganda, como habilitações distintas compondo a Faculdade de Comunicação de Massa. Na mesma década de 60, são instituídas outras escolas de Comunicação Social: na Universidade de São Paulo (USP) em 1966, a Escola de Comunicação e Artes (ECA); na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1967, a Escola de Comunicação (ECO). Também em Porto Alegre, em 1965, na Pontifícia Universidade Católica (PUC/Porto Alegre), onde já funcionava um curso de jornalismo, é criada a Faculdade dos Meios de Comunicação (FAMECOS).

Conjuntamente, nessa mesma década, serão regulamentados cursos e as profissões da área das Comunicações. Através da regulamentação federal (primeiramente pelo Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, e depois pelo Decreto nº 167, sancionado no dia 13 de março de 1979), fica estipulada a necessidade do curso de jornalismo para a concessão de registro profissional.⁵ Já a regulamentação da profissão de Relações

⁵ Mais recentemente, em 2001, uma liminar concedeu o direito de registro profissional como jornalista a cidadãos não diplomados, o que foi violentamente combatido pelas associações de jornalistas. Cf. no site da Federação Nacional de Jornalistas, www.fenaj.org.br, o embate sobre essa questão, clicando em "diploma".

Públicas é anterior: foi assinada em 11 de dezembro de 1967 e complementada pelo regulamento da Lei, editado no dia 26 de setembro de 1968. Esse período corresponde aos governos dos generais Costa e Silva e Ernesto Geisel.

A década de 1980, período em que tem início a abertura democrática, por sua vez, é marcada pela regulamentação interna dessas profissões, sendo formulados os códigos de ética dos jornalistas internacional (1983) e nacional (setembro de 1985) e das relações públicas (novembro de 1985) – exceção feita ao Código de Ética da Propaganda, que é de 1957. Na década de 1990, serão sancionadas leis de incentivo e fomento que favorecem o investimento nessas atividades, como a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685 de 20 de março de 1995) e a Lei Rouanet (o Decreto-Lei nº 1.494, de 17 de maio de 1995, regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que criou o PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura). Este é, portanto, um momento posterior, em que a Comunicação (a Mídia), regulamentada e aparelhada, encontra-se em seu funcionamento já institucionalizado no país.

Os processos de regulamentação e a formulação do ensino na área das Comunicações mostram/produzem a associação das atividades que envolvem jornalismo, cinema, rádio e televisão, relações públicas, publicidade e marketing. A formação nesses cursos, visando a atuação do profissional, volta-se preferencialmente para uma qualificação *técnica*, como veremos.

Em 1966, é estabelecido um currículo mínimo, com as seguintes disciplinas, reunidas em três grupos: disciplinas de *cultura geral* (Cultura Brasileira, História do Brasil, Geografia do Brasil, Civilização Contemporânea, Estudos Sociais e Econômicos e História da Cultura Artística e Literária), disciplinas *especiais ou instrumentais* (Português e Literatura da Língua Portuguesa, Língua Estrangeira moderna, Ética e Legislação da Imprensa, História da Imprensa) e disciplinas *técnicas ou de especialização* (Técnica de Jornal e Periódico, Técnica de Rádio e Telejornal, Teoria da Informação, Jornalismo Comparado, Redação de Jornalismo, Administração de Jornalismo e Publicidade).⁶

O currículo mínimo e a visão de uma só área, com habilitações diferentes, é criticada, por exemplo, por Marques de Melo (1986: 145-6), que considera que o ciclo básico, com

⁶ O currículo mínimo foi definido pela Resolução 20/66. Cf. Carlos Eduardo Lins da Silva, "A política educacional brasileira e os currículos de comunicação". In: MARQUES DE MELO, J. (org.). *Ideologia e Poder no ensino de comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes: INTERCOM, 1979.

disciplinas humanísticas e de fundamentação teórica, é desestimulante para o aluno, representando uma repetição das matérias já oferecidas no 2º grau. Melo observa ainda a possibilidade do núcleo comum favorecer os “comerciantes de ensino”.

Neste trabalho, o currículo do curso de jornalismo está sendo discutido para uma compreensão sobre o modo de inclusão que a formação do profissional da comunicação permite para os conceitos do estruturalismo lingüístico. A meu ver, a necessidade de uma (re)produção da linguagem como técnica (“seja claro, direto, conciso etc...”) tem como efeito afastar, de outro lado, a possibilidade de uma visão crítica em relação ao funcionamento da linguagem na sociedade.⁷

Na base do funcionalismo formulado na obra de Jakobson, encontra-se o esquema comunicacional, que *administra* a importante percepção, para os estudos lingüísticos, de que a linguagem é dialógica. Assim, a circulação dos conceitos de signo, código, sistema etc., em que todas as “formas de expressão artística” serão tratadas como *linguagem*, é acompanhada de um esquema que reduz a linguagem, enquanto comunicação, à troca de informação entre emissor(es)/ receptor(es). A esse respeito, cito a crítica que Ducrot faz, retomando a Teoria dos Atos de Fala:

Depois de Saussure, é comum encontrar-se a declaração de que a função fundamental da língua é a comunicação.

(...) considerar a comunicação como a função lingüística fundamental é admitir que a fala, por vocação natural, é fala para outrem, e que a própria língua não se realiza senão quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos.

Mas se uma lingüística da comunicação deve necessariamente fazer entrar na sua descrição do ato de fala a dualidade dos interlocutores, acontece freqüentemente que o sentido da palavra ‘comunicação’ seja restringido e forçado a designar apenas um tipo particular de relação intersubjetiva, a transmissão da informação. Comunicar seria, antes de tudo, fazer saber, pôr o interlocutor na posse de conhecimentos de que

⁷ Sobre a escrita jornalística, conferir os artigos “Os manuais da imprensa no Brasil: da Redação à circulação pública”, em Orlandi (2001), e “A língua e a escrita jornalística”, em Guimarães (2001).

antes ele não dispunha: não haveria informação a não ser que, e na medida em que, houvesse comunicação de alguma coisa. Esta concepção de comunicação transparece quando se compara a língua a um código, isto é, a um conjunto de sinais perceptíveis que permitem chamar a atenção de outrem para certos fatos que ele não poderia perceber diretamente. Leva-nos tal concepção a tomar o ato de informar como o ato lingüístico fundamental. Afirmar é, então, informar ao outro aquilo que sabemos ou cremos; pedir, ordenar, é informar aquilo que desejamos ou que queremos; lamentar-se, injuriar é informar a pena ou a cólera que sentimos. Todos os atos realizados através do ato de fala, e não redutíveis à transmissão de uma informação, seriam apenas conseqüências indiretas do ato de fala. (Ducrot, Princípios de semântica lingüística: 9-10)

Ducrot, como sabemos, desenvolve uma reflexão semântica sobre o funcionamento da linguagem enquanto argumentação, e inicia uma importante compreensão sobre os implícitos e os não-ditos como constitutivos. O confronto para com a visão da comunicação enquanto troca de informação entre emissores terá esse direcionamento em seu trabalho.

Mas se por um lado o estruturalismo lingüístico, em sua versão associada às teorias da informação, é o que sustenta teórica e metodologicamente o desenvolvimento das técnicas de linguagem, de outro lado isso reverte para a disciplina Lingüística, tendo imobilizado muitas vezes a reflexão sobre o funcionamento da língua/linguagem, em função da *produtividade* – que deverá ser sempre garantida. Assim, a partir do desenvolvimento das teorias estruturalistas e funcionalistas, em determinado momento toda linguagem pôde ser pensada enquanto *estrutura comunicacional*.

Para uma reflexão sobre as relações acima apontadas, tendo como referência o contexto do projeto História das Idéias Lingüísticas, tomo um determinado acontecimento – a vinda de Jakobson ao Brasil, em 1968, a convite da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) – e uma determinada obra – *Lingüística e comunicação*, coletânea de ensaios de Roman Jakobson, organizada por Isidoro Blikstein, professor da Faculdade de Filosofia e Letras da USP – como elementos a ser

analisados. A vinda de Jakobson, em sua conjuntura para os estudos lingüísticos, foram já abordados no projeto HIL, a partir de uma entrevista realizada com o professor Blikstein e publicada em *Relatos*.⁸

A fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP se deu em 1934, marcando o início do terceiro período dos estudos sobre a linguagem no Brasil. A instituição é criada em um contexto histórico anterior à difusão da Lingüística no país, evento que, por sua vez, indica o quarto período nessa história. Em 1962, o Conselho Federal de Educação torna a Lingüística disciplina obrigatória nos cursos de graduação em Letras. Nessa mesma época são implantados cursos de pós-graduação em lingüística em alguns centros universitários brasileiros importantes: na USP em 1966 e na Unicamp em 1971, “depois de uma experiência na UnB interrompida (1963-1965). É também deste momento o início da pós-graduação em Antropologia do Museo Nacional (1968), do qual faz parte o setor da lingüística, e que na sua criação teve uma participação decisiva de Mattoso Câmara” (Guimarães, 2002: 26).

Interpretando a avaliação feita pelo professor Isidoro Blikstein sobre a USP nesse período histórico, no qual ele teve uma participação ativa, a valorização da Lingüística na década de 1960 na Letras causava tumulto, desestabilizava a instituição. Diante das “novas tecnologias”, a possibilidade de expressão através do verbal parece ampliar-se, e os limites entre diferentes linguagens artísticas confundirem-se. Os estudantes e recém-formados viam então na Lingüística uma teoria revolucionária, que poderia modernizar o campo da análise literária, suprimindo-o com conceitos que explicariam também as linguagens não verbais e, de modo geral, produções culturais não estabelecidas e/ou reconhecidas pela cultura letrada. As análises clássicas, etimológicas, literárias... não dariam conta das narrativas audiovisuais, como o cinema, das narrativas de outras culturas, como o mito na cultura indígena...

É compreensível que em determinado momento a Lingüística tenha se voltado para essa instrumentalização. É nesse contexto que a vinda de Jakobson ao Brasil e a

⁸ Cf. *Relatos* n. 6, junho de 2000 – publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil – DL – IEL – Unicamp/ DL – FFLCH – USP. Por ocasião da escrita da tese, a leitura da entrevista foi muito importante, pois confirmou a pertinência da direção de minhas leituras e resenhas, na reflexão sobre a Lingüística na Comunicação.

publicação de sua obra colocam-se como elementos a ser analisados, no sentido de uma compreensão sobre os efeitos da difusão de seu modelo comunicacional nas instituições de ensino no país. Não só as contribuições da Lingüística, como os conceitos acima citados, mas a sua própria autoridade no dizer sobre a língua/linguagem, assumem uma circulação pelas disciplinas das Ciências Humanas. Essa circulação tem como efeito uma homogeneização no tratamento de diferentes objetos de estudo, nas diferentes atuações profissionais – em que jornalistas, publicitários, e até arquitetos, isto é, todos aqueles que podem ser considerados “profissionais da linguagem”, constituem-se, cada qual, como um tipo específico de “relação pública”, ou de “comunicação social”.

Jakobson traduzido

O professor Isidoro Blikstein, da cadeira de Filologia Românica na USP, em 1966, lecionava “Introdução à Lingüística”. A *Revista de Letras* nº 2, editada pelo Departamento de Publicações do CAEL – Centro Acadêmico de Estudos Literários, em maio de 1967, traz trabalhos e provas de alunos da cadeira de Lingüística realizados durante o ano de 1966. Em texto introdutório, Blikstein diz:

Tentamos a partir das mais recentes lições da Lingüística estrutural aplicarmo-nos o quanto possível à realidade lingüística brasileira.

Foi assim que, apoiados nas obras de Saussure, Martinet, Jakobson, Levy-Strauss, Coseriu, Guiraud, Serafim da Silva Neto, Câmara Jr., Nelson Rossi e outros, organizamos uma série de seminários onde se fizeram pesquisas lingüísticas em torno da obra de Graciliano Ramos – Vidas Sêcas. (p. 61)

Blikstein trabalhava em sala de aula com análise de romances e de filmes, na perspectiva estruturalista: sintagma e paradigma, tradução intersemiótica (cf., ainda, *Relatos* n. 6, p. 9-10). Deu aulas também na Antropologia, e assume, posteriormente à vinda de Jakobson, o curso de Língua Portuguesa na ECA.

O professor conheceu o estruturalismo em sua formação na França (de 1961 a 1964), e afirma que a leitura do artigo “Estruturalismo e cinema” de Philippe Pilard, crítico de

cinema, publicado em 1965 na revista *Image et Son*, foi desencadeadora de seu entusiasmo pelos conceitos de Jakobson:

Esse artigo era uma espécie de cartilha da Lingüística e da Semiologia, em que se explicavam as noções de signo, significante, significado, sintagma e paradigma... era pequena introdução à entrevista dada por Roland Barthes para essa revista. Barthes procurava aplicar a semiologia para explicar a construção do filme L'homme de Rio... (Relatos: 11-2.)

O professor Isidoro Blikstein já vinha traduzindo Jakobson, dentro de uma série de obras de Lingüística cuja publicação estava sendo organizada por José Paulo Paes. A presença de Jakobson no país tornou-se então uma oportunidade para a divulgação do volume *Lingüística e comunicação* (São Paulo: Cultrix, 1969). O perfil da obra resultou de um direcionamento do editor, que optou pelo caráter interdisciplinar presente nos trabalhos de Jakobson (*Relatos*, p. 22-3). Entre as traduções de trabalhos de Jakobson no Brasil, este volume destaca-se pelo grande sucesso editorial que representou naquele momento e ainda hoje representa.

Nessa mesma época, serão publicados dois outros volumes com traduções de textos de Jakobson. Em 1970, *Lingüística. Poética. Cinema. – Roman Jakobson no Brasil*, livro dividido em duas partes, reunindo, na primeira, textos do autor que serviram de base às suas conferências no Brasil e, na segunda, textos que falam da “contribuição de Roman Jakobson à lingüística, à ciência da literatura e à análise poética” (cf. p. 8 dessa obra). Estes últimos são de autoria dos próprios organizadores, Boris Schnaiderman e Haroldo de Campos, além de um texto de Mattoso Câmara, que falecera no ano da publicação desse volume.

Mas somente em 1972 será publicado o volume *Fonema e fonologia – ensaios*, seleção e tradução de Mattoso Câmara Jr., da obra *Selected Writings I. Phonological Studies*, publicada em 1962, com 700 páginas, que reunia, em ordem cronológica, todos os estudos fonológicos realizados e apresentados por Jakobson durante os anos em que se dedicou à Lingüística. Mattoso, que fora aluno de Jakobson nos EUA, explica, em uma Advertência no início do volume da tradução brasileira, que:

Por ocasião da primeira exibição do livro em Cambridge, Massachussets, na exposição bibliográfica do Nono Congresso Internacional de

Lingüistas, combinei com o autor uma publicação portuguesa das partes do alentado volume que me pareceram mais úteis e interessantes ao progresso da Lingüística no Brasil.

E, em apêndice, Mattoso acrescenta a resenha que escrevera e publicara em inglês para a revista *Word*, intitulada “Os estudos fonológicos de Roman Jakobson”, uma análise das contribuições deste autor na área da Fonologia.⁹

Posteriormente, são publicados, em 1985, *Diálogos* entre R. Jakobson e K. Pomorska, com apresentação de Boris Schnaiderman, e *Poética em ação*, em 1990, uma antologia organizada por João Alexandre Barbosa, mas inicialmente pensada por Haroldo de Campos. O organizador dedica a Introdução da obra, texto de sua autoria, à Boris Schnaiderman.

A tradução brasileira de Jakobson, em *Lingüística e comunicação*, selecionou partes da edição francesa *Essais de linguistique générale* (Les Editions de Minuit, 1963) e é representativa das “relações interdisciplinares” que o autor realiza em sua obra. Nas suas reflexões, destacam-se as relações com a Psicologia, a Matemática e a Antropologia. Essa tradução e a publicação *Lingüística. Poética. Cinema*, que reúne suas conferências no Brasil, apontam para os aspectos do trabalho do lingüista que serão mais generalizadamente difundidos no Brasil.

Com relação à obra *Lingüística e comunicação*, menciono alguns de seus capítulos, para uma visão das relações interdisciplinares na sua obra. Em “Lingüística e poética”, Jakobson parte do trabalho do psicólogo Bühler, que já enumerava três funções, e desenvolve seu quadro das seis funções para a linguagem. No capítulo “Lingüística e Teoria da Comunicação”, o autor expõe o debate sobre o caráter matemático da lingüística, que lhe permite essa aproximação com a teoria matemática da comunicação. As referências à teoria matemática apontam para a presença do contexto teórico americano no trabalho de Jakobson, que inclui ainda as reflexões do antropólogo Boas, discutidas, por exemplo, em “A concepção de significação gramatical segundo Boas”, também presente nesse volume.

⁹ Cf. R. Jakobson, *Fonema e fonologia – ensaios*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1972, e *Word – Journal of the Linguistic Circle of New York*, vol. 20, n. 1, abril de 1964.

O esquema comunicacional de Jakobson – sobre o qual o autor vai derivar sua teoria das funções da linguagem, ampliando as três funções de Bühler para seis – remete ao contato com a chamada teoria matemática da comunicação, em trabalhos que se desenvolvem entre as décadas de 1940 e 50 (cf. os dois esquemas de Jakobson 1969, p. 123 e 129). A noção de informação, nesse contexto, liga-se ao mesmo tempo a determinadas abordagens psicológicas (input/ output, por exemplo) e a essa matemática da comunicação, podendo significar ‘conhecimento novo’ e/ou ‘redução da incerteza’. Entre o conjunto de trabalhos representativos da teoria da informação, podemos destacar, além de McLuhan, Harold Laswell, autor que contribui para a chamada análise de conteúdo, conhecido pelo esquema de orientação nos estudos da comunicação: *Quem diz o quê, para quem, com que efeito?*¹⁰

Suas contribuições na Fonologia são conhecidas no Brasil por um público restrito, diferentemente de suas contribuições na Semiótica. Entre estas últimas estão: o seu modelo das seis funções da comunicação, que fez (ou faz) parte até mesmo dos currículos do 2º grau no país, e a sua proposta semiótica de abordagem da produção literária, poética, artística etc. na qual os conceitos lingüísticos serão utilizados na análise de poesias e de narrativas verbais e não verbais. Com a formulação das funções da comunicação, Jakobson retoma questões que se apresentam já para ele no início de seu percurso como lingüista, em sua participação no Formalismo Russo, no começo do século XX.

A Comunicação organiza uma área de estudo para a formação de profissionais capazes de compreender/operar os “novos meios” (tecnológicos, eletrônicos...) de informação e expressão artística. Ao se associarem conceitos do estruturalismo lingüístico, uma

¹⁰ M. McLuhan (1964), *Understanding media – the extensions of Man*, McGraw-Hill Book Company, foi traduzido por Décio Pignatari e editado pela Cultrix. De Laswell, cf. por exemplo o artigo “A estrutura e a função da comunicação na sociedade”, in Cohn, 1971. Essa publicação é uma coletânea que inclui textos de Habermas e Adorno, de lingüistas como Martinet, e de autores da teoria matemática da comunicação como Weaver. O volume é representativo portanto da maneira como a área das Comunicações será concebida aqui no Brasil, através da USP. Nesse contexto, a comunicação social é entendida como “transmissão de mensagens” para o grande público, levando em conta a necessidade da sua informação, no sentido de escapar a um controle político ideológico como massa.

abordagem psicossocial da fala e uma teoria matemática da informação realiza-se a base da preparação de profissionais para atuar na sociedade da informação. A chamada “teoria” da informação é essa associação de uma diversidade específica de trabalhos, que se voltam diretamente para as técnicas de *reprodução de linguagem*, concebida, em sua função primeira, como comunicação/troca de informações entre emissor/receptor.

A área das Comunicações constitui-se como uma área de concentração tecnológica, isto é, resulta de uma associação de contribuições de diferentes disciplinas. Portanto, interessam certos resultados das pesquisas lingüísticas, aqueles que poderão ser aplicados na (re)produção de linguagem nesse conjunto de profissões relacionadas à mídia, os *profissionais da linguagem*.

A Lingüística que se introduz por essa via já não é mais a “lingüística saussureana”, o estruturalismo de Saussure, mas uma abordagem que pretende dar conta da significação de modo geral. Convidado a escrever algumas palavras na Introdução do livro que estava sendo publicado aqui no Brasil, Jakobson afirma que a tendência dos ensaios então apresentados “é a de contribuir para os esforços lingüísticos de nossa época no sentido de superpor uma ciência da língua à ciência de línguas diversas. As questões de estrutura e função, próprias a todas as línguas do mundo...” A abordagem semiótica que resulta desse embasamento teórico caracteriza-se mesmo por essa universalidade para o tratamento das questões da literatura e das produções textuais, de modo geral.

As perspectivas críticas

Procuro apontar para as reduções que a concepção comunicacional implica enquanto abordagem sobre o funcionamento da linguagem. Como Ducrot observou, produz-se, com a Lingüística Moderna, um certo senso comum em relação à função da linguagem como comunicação, em que se sobrepõe, quase automaticamente, o sentido de “transmissão de informação” para qualquer comunicação.

Também Pêcheux realiza uma crítica à compreensão da linguagem como comunicação: o autor afirma o equívoco como constitutivo da língua, que serve também à não comunicação. O aspecto que se evidencia, na crítica de Pêcheux, é a questão do sujeito. Conforme Pêcheux (1969) destaca, a formulação da noção de *sujeito falante* que encontramos em Jakobson não está em Saussure, cuja concepção de língua, porém, deixa essa margem.

Ao conceber a língua enquanto sistema, Saussure deixa de lado o sujeito, associado à fala (realização individual da língua), que não é para ele objeto da lingüística. O sujeito em Saussure é um lugar, uma posição em um esquema que representa a realização da fala, como uma situação que envolve no mínimo dois indivíduos. O “quadro da comunicação” (emissor/receptor) em Saussure funcionaria então para conceber o lugar da língua entre o *social* (o código enquanto sistema) e o *individual* (a fala).

Na teoria de Jakobson, o sujeito irá assumir consistência. Pêcheux (1969) refere-se especificamente a essa passagem, de Saussure para Jakobson, na formulação inicial de uma teoria do discurso, afirmando que:

... é um fato que essa oposição [língua/ fala] autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. (Gadet e Hak, 1990: 71.)

Jakobson torna o esquema produtivo, levando então adiante a idéia de um “uso” do código lingüístico como instrumento pelo falante. Assim, na representação funcional da língua, enquanto comunicação, percebe-se uma compreensão psicológica da questão da significação e do sujeito, que, para além de Saussure, tem em sua base o desenvolvimento de teorias psicológicas, psicofisiológicas e psicossociais.

Em Jakobson, o sentido da comunicação implica a compreensão da linguagem como um processo de transmissão de informação, conforme nos mostra o trecho abaixo:

O destinador envia uma mensagem ao destinatário. Para ser operante, a mensagem requer antes um contexto ao qual ela remete (é isto que chamaremos também, numa terminologia um pouco ambígua, o ‘referente’), contexto apreensível pelo destinatário e que é verbal ou suscetível de ser verbalizado; em seguida a mensagem requer um código, comum, ou ao menos em parte, ao destinador e ao destinatário (ou, em outros termos, ao codificador e ao decodificador da mensagem). A

*mensagem requer, enfim, um contato, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, contato que permite estabelecer e manter a comunicação.*¹¹ (Gadet e Hak, *op. cit.*: 81.)

Nessa descrição, enquanto processo de comunicação, a “linguagem” toma corpo, tornando-se “visível”, “palpável” e manipulável, no sentido de sua instrumentalização pelos chamados meios de comunicação. Ao lado de “emissor”, “receptor”, “código”, mobilizados já através do esquema de Saussure, juntam-se “mensagem”, “contato”, “canal”, de modo que a linguagem, processo da ordem do simbólico e do imaginário, é aí metaforizada pelos componentes do meio físico de transmissão de mensagens. A categorização de seis funções para a linguagem, emotiva, conativa, referencial, poética, metalingüística e fática, faz-se a partir do relevo maior dado a um dos seis elementos considerados como constitutivos do processo de comunicação (respectivamente, o emissor, o receptor ou destinatário, o referente, a mensagem, o código e o canal).

O resultado operacional desse novo esquema ampliado de Jakobson é outro: não se trata mais da descrição de cada língua enquanto sistema de relações, em uma análise lingüística sincrônica. Trata-se, na diversidade das situações de linguagem, da identificação dos seis elementos do processo (o código, o emissor etc.), de modo a “particularizar” tais situações, generalizando-se com isso um mesmo tratamento. O esquema de Jakobson possibilita portanto uma concepção da comunicação como fenômeno geral, constitutivo das linguagens, em sua diversidade. Ou seja, o autor desenvolve uma instrumentalização adequada para o tratamento universal da comunicação, ao retornar da língua à linguagem, em um movimento que remete a um determinado direcionamento para conceitos presentes em Saussure.

Segundo Jakobson, haveria uma “liberdade cada vez maior do falante”: da escolha entre traços distintivos para formar os fonemas, passando pela escolha dos fonemas para formar palavras e da escolha de palavras para formar frases, à escolha de frases na formação dos enunciados.¹² Nessa progressão, o sujeito, segundo Jakobson, como

¹¹ O trecho citado por Pêcheux (in Gadet e Hak, 1990) foi transcrito de Jakobson, 1963 (*Essais de linguistique générale*, p. 213-4). Na publicação brasileira é parte do capítulo “Lingüística e poética”, p. 123.

¹² Em “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia” (Jakobson, 1969).

que se distancia de mecanismos lingüísticos já dados e/ou inconscientes (ou seja, que ele não domina) e se assenhora da língua, na sua possibilidade de comunicação.

Percebe-se, pois, como na abordagem funcionalista da língua/linguagem de Jakobson encontra-se o sujeito falante, que, por extensão das formulações de Saussure sobre a língua enquanto código, é situado como sujeito da comunicação entre uma coersão às normas gramaticais, ou aos diversos sistemas de comunicação que submetem a produção de sua fala/ texto, e a sua liberdade enquanto usuário de uma dada gramática de língua ou sistema de comunicação.

Assim, pode-se dizer que a formulação de Jakobson para o sujeito da comunicação, conforme apresentado acima, remete à própria concepção de sujeito no liberalismo, através do Direito. O sujeito de direito identifica-se à inscrição entre um necessário bem comum (nos códigos éticos e legais) e a possibilidade de uma apropriação privada de bens. É, portanto, o seu submetimento às normas socialmente definidas que garante a sua liberdade enquanto sujeito de direito. Semelhantemente, em Jakobson a submissão às normas lingüísticas, a uma gramática da língua, permite a apropriação da língua pelo sujeito, em uma comunicação própria, particular.

Pêcheux (1969) observa a “continuidade epistemológica” que se mostrava na ciência clássica da linguagem, que “pretendia ser ao mesmo tempo ciência da expressão e ciência dos meios dessa expressão”. E é nesse sentido, para Pêcheux, que Saussure produz um deslocamento importante, permitindo aos estudos lingüísticos sair da “homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem”.

Tendo como objetivo inicial o estudo lingüístico da literatura, através da poética, Jakobson caminhou no sentido de uma estrutura para a *situação de comunicação*. O trabalho do lingüista, nesse âmbito, promoveu a possibilidade de uma nova “homogeneidade cúmplice”, através do aprofundamento, em sua abordagem, da perspectiva funcionalista sobre a língua.

Pesquisadores de diferentes disciplinas, que trabalham com a mídia como objeto de estudo, consideram que essa área é marcada por uma tensão teórico-metodológica, em que as análises distribuem-se entre uma *perspectiva crítica* e uma *perspectiva instrumental*. A perspectiva crítica é identificada sobretudo por trabalhos na área da Sociologia, ao passo que a Lingüística, nesse contexto, encontra-se abrangente e

fortemente inscrita no sentido da instrumentalização. A demanda por essa instrumentalização produz-se, porém, “de fora” da Lingüística, ou da área das pesquisas de linguagem. Produz-se da área das Comunicações, que, como área tecnológica, volta-se para as pesquisas lingüísticas, de modo que esta última possa responder à demanda pela sua instrumentalização profissional.

Isto é, a área das Comunicações identifica-se preferencialmente por um conjunto de trabalhos cujos modelos de análise não se distinguem dos modelos que colocam a própria mídia em funcionamento: a observação de Pêcheux de uma “continuidade epistemológica” e de uma “homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem” não se refere portanto apenas à ciência clássica da linguagem, mas também às abordagens comunicacionais.

As análises dos produtos da mídia, na área das Comunicações, limitam-se a certas “verificações”: se o meio é eficiente, se a mensagem – na evidência de seu sentido – foi recebida com clareza etc. A concepção da comunicação como função primeira da língua/linguagem não é discutida ou sequer mencionada: esse é um pressuposto que funciona automaticamente nesses trabalhos. O conceito de código pode ser aplicado de modo generalizado, através da concepção da comunicação como uma estrutura que localiza, em cada caso analisado, um *processo de transmissão* de mensagens entre um emissor e um receptor – ou seja, uma mesma feição estrutural vai servir para “falar” de diferentes materialidades, apagando-se a historicidade e especificidade da linguagem enquanto enunciação e discurso.

No projeto História das Idéias Lingüísticas, as gramáticas e os dicionários foram considerados *instrumentos de gramatização* (Auroux, 1992) das línguas. A representação comunicacional da linguagem – emissor, receptor ou destinatário, referente, mensagem, código e canal – constitui-se em um modelo passível de instrumentalizar a produção de textos enquanto narrativas audiovisuais. Com relação à produtividade do modelo comunicacional de representação da linguagem, pois lembro então que ela se relaciona às novas tecnologias, ou seja, às tecnologias da imagem, cujo desenvolvimento, a partir do início do século passado, coloca em cheque a reflexão sobre a linguagem enquanto produção artística. É assim que a vinda de Jakobson assumiu um significado com relação às instituições de ensino da língua no Brasil. A configuração “moderna” da

linguagem, com as tecnologias eletrônicas, demanda um deslocamento no modo de conceber a produção de linguagem como objeto de reflexão.

Jakobson no Brasil

A vinda de Jakobson ao Brasil, em setembro de 1968, é um evento promovido pelas seguintes áreas da FFLCH da USP: Francês, Russo, Filologia Românica, Línguas Indígenas, Inglês, com apoio também da Antropologia (*Relatos*: 7). Jakobson realizará aqui no país uma série de palestras, em diversos locais na própria universidade, como por exemplo na FAU, e também na Aliança Francesa e no auditório do SESC na rua Dr. Vila Nova, próximo à rua Maria Antonia, onde funcionava a FFLCH da USP.

No início do ano de 1968, em que se dará a visita de Jakobson, foram promovidas reuniões preparatórias por um grupo de professores, unidos na ocasião por esse interesse comum pela Lingüística. Os Encontros Preparatórios se deram no Salão Nobre da Maria Antonia. Além dos professores da USP, professor Salum, professor Philipson, também estavam presentes Augusto de Campos e Haroldo de Campos, conforme relata Blikstein.

O acontecimento da vinda de Jakobson ao Brasil, importante em sua significação para o desenvolvimento da Lingüística no país, vai ser aqui analisado através de um outro acontecimento, inscrito no projeto História das Idéias Lingüísticas: a entrevista à Isidoro Blikstein, publicada em *Relatos* número 6, que foi conduzida por professores da USP e da Unicamp, simultaneamente pesquisadores da linguagem e da história das idéias lingüísticas – a saber, José Luiz Fiorin, Diana Luz Pessoa de Barros, Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães. A partir da entrevista, que tem como tema a visita de Jakobson, são então integrados elementos para uma compreensão desse evento em seu contexto histórico e em seus desenvolvimentos institucionais posteriores.

Apresentando *Relatos* número 6 e a entrevista de Blikstein nele publicada, Orlandi observa que, no interior do projeto HIL – isto é, nessa “posição ambígua de falar da história do conhecimento sobre a linguagem sendo parte dessa história” (p. 4) –, não pensamos na obra de Jakobson, ou de qualquer outro autor estrangeiro, em sua “influência” na pesquisa lingüística aqui realizada. A entrevista foi concebida e conduzida a partir da consideração de que, na produção do conhecimento, as relações são trabalhadas, e o são pelo próprio contexto histórico, assumindo então no país, isto é, nas

instituições brasileiras, formas específicas. É também nesse sentido que realizo uma análise do depoimento do professor Blikstein no projeto História das Idéias Lingüísticas, fazendo também parte dessa história que procuro compreender – fui aluna de graduação na Letras da PUC-SP, instituição implicada nessa discussão, entre 1980 e 1983.

O momento em que ocorre a vinda de Jakobson corresponde, no contexto político mais amplo, ao recrudescimento da ditadura, a partir de 1968, com a censura, os exilados e presos políticos... No contexto acadêmico também se verificava uma transição, com o MEC-USAID,¹³ bem como no ensino de modo geral, que se “democratizava” pelo país. O acordo ortográfico de 1943, que distingue a escrita brasileira da portuguesa, sofre ligeira modificação em 1971. Por um lado, verifica-se uma estabilização sobre a escrita da língua e, por outro lado, a consideração de que à escola cabe ensinar aos alunos, além da gramática, a comunicação na língua, de modo geral: durante a década de 1970, a disciplina em que se leciona a língua, nas escolas de 2^o grau, será chamada “Comunicação e Expressão Verbal”.

A Faculdade de Letras da USP, e a universidade, em outros de seus cursos, construiu-se inicialmente com uma feição disciplinar tradicional, nos moldes das instituições acadêmicas européias. Comparadas a tal estruturação, as Comunicações representam um outro momento para a Universidade.

Os estudos lingüísticos tenderam, nesse âmbito, a assumir a forma de um embate entre o “tradicional” (a Filologia, o estudo das línguas clássicas e o estudo histórico do

¹³ “Nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID, tinham o objetivo de implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. (...) A discordância com os acordos MEC/USAID se tornaria na época a principal reivindicação do movimento estudantil, cujas organizações foram em seguida colocadas na clandestinidade. Alguns setores acreditavam que o convênio com os Estados Unidos levaria à privatização do ensino no Brasil. Diante da violenta oposição levantada nos meios intelectuais e estudantis contra os acordos MEC/USAID, o governo criou, em 1968, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma e propor um outro modelo.” Cf. DIEB (Dicionário Interativo da Educação Brasileira) em www.educabrasil.com.br.

português) e o “moderno” (a Lingüística, o sistema, a comunicação). Nas palavras de Blikstein:

De modo que o Jakobson, o que ele representou? Que desdobramentos sua vinda produziu? Foi essa abertura para a Antropologia que foi impedida depois. Como é que é um professor de Filologia Românica querer estar dando aula de Antropologia, não é possível, não é? Eu acho que isso ilustra muito bem a barreira que se estabeleceu entre a área de Filologia e esse campo interdisciplinar. (p. 18)

Talvez possamos dizer que, como resultado desse momento, dadas as condições em que se deu esse “conhecimento da Lingüística”, houve, primeiramente, uma certa dificuldade de inclusão da disciplina por parte da Letras da USP e, depois, o fato de que o estruturalismo será divulgado na USP em outros cursos, por exemplo, na ECA e até na FAU. A visita de Jakobson ao Brasil, em suas palestras, voltou a discussão da Lingüística para os seus aspectos interdisciplinares, como nos mostra o volume *Lingüística. Poética. Cinema*, e como Blikstein frisa, em seu depoimento.

Vão se beneficiar da visita, além dos professores e alunos da Letras, a Antropologia, a ECA (os cursos de Jornalismo e de Cinema, por exemplo...), a FAU (o curso de Arquitetura, em que muitos dos alunos optam por trabalhar com Comunicação Visual...) etc. Sobre a FFLCH da USP nesse momento, Blikstein afirma que “a aproximação da vinda de Jakobson provocou um certo frisson na Faculdade”, porque na verdade essas áreas de Humanas não sabiam direito “o que era Lingüística e muito menos Semiótica” (*Relatos*: 9). O professor assim se refere ao evento:

A visita fulgurante de Jakobson deu-se em setembro de 1968 e ele deslumbrou a USP com uma visão multidisciplinar, demonstrando as profundas relações entre Lingüística, Semiótica, Poética, Literatura, Cinema, Teatro, Antropologia etc. (p. 8)

Ele tinha uma visão aberta para a Antropologia, para a Poética, para a Lingüística. (p. 15)

Na enunciação de Blikstein, marca-se a ligação direta entre Lingüística e Semiótica, ou Semiologia, o “desconhecimento” sobre a disciplina por parte de *toda a área de*

Humanas, e o interesse da USP (da universidade) pelas palestras. Dadas as condições em que se deu a vinda de Jakobson ao Brasil, o acontecimento, em seu contexto, é significativo então de um determinado modo em que a Lingüística vai ser compreendida e difundida na instituição acadêmica brasileira.

A Lingüística (o estruturalismo) e Jakobson poderiam representar então uma “certa revolução”, no interior de uma área que se reconhecia por sua ligação aos estudos clássicos, à Filologia... Mas, a partir dessa instrumentalização pela área das Comunicações, a Lingüística fica “traduzida” como Semiótica: é esse sentido da Lingüística que interessará a *toda* a área de *Humanas*.

Assim, ao serem mobilizados os estudos lingüísticos em função das Comunicações, a área de Língua e Literatura sofre uma desestabilização. Através da área das Comunicações, destaca-se, na Lingüística, a sua contribuição para uma abordagem moderna dos estudos da linguagem, que devem repensar os estudos literários, em uma demanda instituída pelo desenvolvimento das chamadas “novas tecnologias” e por um projeto antropológico de compreensão das “outras” culturas e das “outras” línguas (não-européias).

Em determinado momento, professores na área de Letras e Lingüística, como o próprio professor Blikstein, procurarão instrumentalizar-se com os novos conceitos lingüísticos (significante/significado, relações sintagmáticas e paradigmáticas...), com o estruturalismo. Observa-se que havia uma urgência por parte das instituições brasileiras na área em compreender a Lingüística que se desenvolvia na Europa e nos EUA, e “trazê-la” para cá. Em seu estágio na França, Blikstein foi estimulado pelo professor Salum a “estudar as novidades” (*Relatos*: 11). A leitura de um artigo francês sobre estruturalismo e cinema funciona para Blikstein como uma “cartilha” (*Relatos*: 11), para a compreensão dos conceitos do estruturalismo. Essa compreensão, portanto, é motivada pela sua aplicação imediata: falar da linguagem do cinema, falar da literatura em seus aspectos formais...

A criação artística está incluída na abordagem funcionalista de Jakobson: a linguagem tem também uma *função poética*. O funcionalismo de Jakobson, bem como o estruturalismo como abordagem literária, desenvolvido por Barthes, Todorov, Greimas, na França durante a década de 1960, que retoma os formalistas russos, são referências

para as abordagens da Teoria da Comunicação, da Semiologia e da Semiótica. A concepção da narrativa enquanto estrutura é fundamental para a televisão, que produz em série.

Esse conjunto de reflexões, desse modo, vai subsidiar: a) a possibilidade de reconhecimento autoral para as diferentes produções nas diferentes mídias (a manutenção do sentido de *obra*, enquanto criação única) e b) a possibilidade de avaliação das diferentes obras/produções, do ponto de vista artístico. Destaca-se, nesse sentido, a Semiótica, em sua conformação na PUC-SP.

A pós-graduação da PUC-SP coloca-se como um pólo privilegiado de pesquisas em Semiótica: criada em 1972, será o primeiro programa de pós-graduação em Comunicação do Brasil. Desde 1978, funciona o Programa de Comunicação e Semiótica (segundo parecer CFE 1258/79), tendo como proposta o estudo dos “campos da comunicação enquanto ciência e área de conhecimento”. Trabalha hoje com três linhas de pesquisa: Sistemas semióticos em ambientes midiáticos, Processos de criação nas mídias e Epistemologia da comunicação e semiótica das mediações.¹⁴

A semiótica da PUC-SP distinguiu-se de outras abordagens estruturalistas da literatura, através da referência de Peirce, em uma concepção lógica e cognitiva da linguagem, em que tudo é compreendido como signo. Afirma-se, a partir dessa abordagem, a não-supremacia do código lingüístico (o verbal) sobre os outros códigos, marcando uma diferença para com a posição de Barthes, por exemplo. Essa proposta da pós-graduação em Comunicação tem, no início, a participação fundamental dos poetas concretistas. E, através deles, tem também uma relação com a vinda de Jakobson e a tradução de suas obras no Brasil.

Novamente, no próprio Jakobson podem ser encontrados subsídios para a operacionalização de um paralelismo entre os diferentes códigos. Jakobson realizou uma classificação entre três tipos de *tradução*: a tradução intralingual ou reformulação, a tradução interlingual ou tradução propriamente dita e a tradução intersemiótica ou transmutação. A “*adaptação*” seria entre esse último tipo de tradução, por exemplo: quando um texto literário é utilizado para desenvolver um roteiro de cinema ou televisão.

¹⁴ Informações sobre o curso de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP em www.pucsp.br/pos/cos

Assim, o sentido de “tradução”, por um lado, produz um “nivelamento” entre diferentes linguagens, compreendidas como códigos. Por outro lado, os trabalhos de tradução (e também os de adaptação) serão compreendidos como recriações: a “leitura” como re-escritura, ou seja, como atualização autoral das obras...

Durante a estada de Jakobson no Brasil, são os irmãos Campos e Boris Schnaiderman que dele mais se aproximam, segundo Blikstein, que afirma ainda que: “*oficialmente* era a USP quem estava pagando a viagem” (*Relatos*: 16; grifos meus). Depois de abrir a entrevista com informações oficiais, Blikstein retorna sobre as áreas que promoveram essa visita: “Bem, como já disse, a vinda de Jakobson foi promovida por um grupo de professores da *Faculdade de Filosofia*.” (p. 9)

Mostram-se então, no relato de Blikstein, novas possibilidades de compreensão dessa história. Alguns elementos podem apontar para um ressentimento com relação ao episódio “Jakobson no Brasil”, como se na ocasião o lingüista tivesse sido capturado por esses outros estudiosos de Semiótica. Blikstein diz, primeiramente, que os irmãos Campos “se associaram” à mobilização para recebê-lo (p. 13), durante os encontros preparatórios, e depois que foram eles a receber Jakobson no aeroporto de Congonhas e que organizaram a sua agenda durante o período em que esteve no país (p.16). Outros elementos, por sua vez, apontam para a diferença entre a Semiótica na USP (ou Semiologia) e a Semiótica na PUC: durante as discussões nos Encontros Preparatórios, os irmãos Campos questionam por que Peirce não estava entre os autores a serem lidos (p.13).

Através do trabalho de seleção, tradução, interpretação da obra de Roman Jakobson no Brasil (nos volumes *Lingüística. Poética. Cinema., Diálogos e Poética em ação*, já mencionados) fica marcada uma “representação” por parte de Haroldo de Campos e Boris Schnaiderman. A proximidade de Schnaiderman de Jakobson pode ser explicada pela questão da língua. Schnaiderman foi o responsável pela criação do curso de língua e literatura russa da Universidade de São Paulo (USP), que formou uma geração de tradutores. Divulgou no Brasil poetas como Púchkin e Maiakóvski, que traduziu em parceria com os irmãos Augusto e Haroldo de Campos.

Além de Boris Schnaiderman, também Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari mantêm relações de trabalho e interesses comuns nessa área, configurados pela poesia concreta, por um trabalho de crítica e de tradução de obras

literárias, sobretudo de poesias. Juntos, Haroldo de Campos, Augusto de Campos e Décio Pignatari lançaram, em 1956, o movimento de Poesia Concreta.

Haroldo de Campos e Décio Pignatari foram também professores. Décio Pignatari lecionou na Escola Superior da Informação da Escola de Desenho Industrial no Rio, posteriormente da UnB, até 1964. Em Brasília, organizou a Escola de Publicidade da Faculdade de Comunicação. Foi professor de Teoria Literária no curso de pós-graduação da PUC-SP. Haroldo de Campos foi, até 1989, professor titular de Semiótica da Literatura no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC- SP e, desde 1990, é professor emérito desta instituição.

O trabalho de tradução e jornalístico (ensaios críticos) desses autores, bem como de Décio Pignatari, legitimará a associação de seus nomes à Semiótica. A tradução das obras de referência, por sua vez, é uma forma de poder realizar a apropriação no país dessa reflexão em outra língua, e situá-la numa circulação mais generalizada. A tradução possibilita o acesso não só do pesquisador (o acadêmico), mas também do técnico graduado (o profissional).

Pode-se dizer que o trabalho teórico de Haroldo de Campos e Décio Pignatari, como professores na pós-graduação em Semiótica, encontra-se associado ao próprio trabalho de tradução e jornalístico (ensaios críticos), produzindo (e produzido por) um engajamento enquanto *movimento cultural*. E a não-supremacia do código verbal, por sua vez, mostra-se, nesse contexto, um ideal que esbarra no real da produção da imagem na televisão.

Considerações finais

A institucionalização da televisão no Brasil buscou alcançar as condições técnicas para a realização de uma “boa imagem”, em sua capacidade de uma “ilusão do real”. Assim, a televisão *coloca em cena* o acontecimento, através de três diferentes modos de produção da imagem: a) a exibição de uma imagem ao vivo, em “tempo real”; b) a captação de uma imagem “real” para a sua exibição posterior, no horário do programa; c) a reconstituição. Invariavelmente, o sentido para a imagem na televisão é o de uma “imagem direta”, sentido que é *produzido*, em um trabalho de administração da linguagem da televisão, que envolve tanto os seus profissionais quanto o seu público.

Na forma como são produzidos os programas, a imagem é administrada para os profissionais, através de um direcionamento prévio, em que funciona a *pauta* no jornalismo e o *roteiro* na ficção, e de um direcionamento posterior, através da *edição*, que executa cortes, tendo em vista a “clareza” comunicacional (devem ser suprimidos os “ruídos”, apagadas as marcas da produção, e configurada uma naturalidade em cena...). Na forma como são anunciados ao público os programas (“Você vai *ver no Jornal Nacional...*”), a imagem também é administrada para o público. A enunciação da televisão produz, de antemão, o sentido de uma “imagem direta”, através da própria verbalização sobre o programa. A presença de verbos como “mostrar”, “exibir”, “apresentar” etc. inscreve o programa para o público como “transmissão de imagens”, no sentido justamente dessa “comunicação direta”.

Procurei, na pesquisa realizada no doutorado, compreender de que forma a tecnologia audiovisual da mídia, no modo como é trabalhada institucionalmente, representa a possibilidade de aprofundar o imaginário de uma evidência no histórico. A técnica da tevê dirige-se para “fazer ver” um real como aquilo a que ela remete, em um efeito referencial, tendo em vista a linguagem enquanto instrumento de comunicação.

Mariani (1998), trabalhando com o discurso jornalístico, mostrou de que forma este se constitui em um *discurso sobre*, que coloca *o mundo* como objeto. E a sua tarefa, enquanto discurso sobre, seria a de desambigüisar o mundo: “cabe ao discurso jornalístico organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião/explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado.” (Mariani, 1998: 63)

A produção de linguagem na televisão brasileira funciona no sentido de melhor “demonstrar” ao telespectador o que está sendo verbalizado/narrado, seja através do jornalismo, em sua tarefa de levar os acontecimentos até o público, seja através da ficção, em que a realidade brasileira é “retratada”, “reconstituída”. Mais do que “falar sobre”, a televisão *mostra, apresenta*. A imagem tem, pois, o sentido de uma *demonstração* para os profissionais envolvidos na produção da televisão, e o sentido da *comprovação*, para o público telespectador, em relação ao que está sendo informado pelos jornalistas, apresentadores etc.

Résumé

Cet article analyse les rapports théoriques et historiques ayant institué le domaine des communications au Brésil, selon l'articulation produite par les déterminations de nouvelles technologies des années 1960, c'est-à-dire les technologies audiovisuelles du cinéma et de la télévision, d'un côté et, de l'autre, par la circulation, à l'intérieur des cours dans ce domaine, des concepts identifiés au structuralisme linguistique. Le linguiste Roman Jakobson se trouve parmi les auteurs les plus significatifs des approches en sémiotique, en sémiologie et en théorie de la communication. Dans ce sens, la visite de Jakobson à l'Université de São Paulo en 1968 est référée ici comme un événement dans l'histoire des idées linguistiques, pour la compréhension de la structuration de ce domaine dans le pays en ce qui concerne une partie de ses bases conceptuelles.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques I*. Liège: Mardaga, 1989.
- _____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. *Histoire des idées linguistiques III*. Liège: Mardaga, 2000.
- BLIKSTEIN, I. Entrevista com Isidoro Blikstein. In: *Relatos* n. 6. Publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil – DL – IEL – Unicamp/ DL – FFLCH – USP. Junho de 2000.
- COHN, G. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1971.
- DELESALLE, S. e CHEVALIER, J-C. *La linguistique, la grammaire e l'ecole (1750-1914)*. Paris: Armand Colin.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo/ Campinas: Ensaio/Editora da Unicamp, 1993.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1977.
- GUIMARÃES, E. *História da Semântica – sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. *Semântica do Acontecimento – um estudo enunciativo da designação*, Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. Sinopse dos estudos de português no Brasil. In: *Relatos* n.1. Publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas. Campinas, DL-IEL-Unicamp, agosto de 1994.

- _____. História da gramática no Brasil e ensino. In: *Relatos* n. 5. Publicação do Projeto História das Idéias Lingüísticas. Campinas, DL-IEL-Unicamp/DL-FFLCH-USP, outubro de 1997.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. Tradução de Isidoro Blikstein. São Paulo, SP: Cultrix/Edusp, 1968.
- _____. *Lingüística. Poética. Cinema*. – Roman Jakobson no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- _____. *Fonema e fonologia* – ensaios. Seleção, tradução e notas de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.
- KEHL, M. R. Eu vi um Brasil na TV. In: SIMÕES, I. *et al. Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: o imaginário sobre o comunismo nos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro/Campinas: Revan/Editora da Unicamp, 1998.
- MELO, J. M. de. *Comunicação: direito à informação – questões da nova e da velha República*. Campinas: Papirus, 1986.
- ORLANDI, Eni P. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. (org.). *História das idéias lingüísticas – construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP/Cáceres, MT: Pontes/ Unemat Editora, 2001.
- _____. Ética e política lingüística. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos n. 1*. Campinas: Pontes, junho de 1998.
- _____. O Estado, a gramática e a autoria: língua e conhecimento lingüístico. In: *Língua e instrumentos lingüísticos n. 4 e 5*. Campinas: Pontes, dezembro de 1999/ junho de 2000.
- ORLANDI, E. P. e GUIMARÃES, E. J. (org.). *Institucionalização dos estudos da linguagem – a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. (1969) *Análise Automática do Discurso*. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- PEREIRA, C. A. M; MIRANDA, R. *Televisão – o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- SILVA, C. E. L. da. A política educacional brasileira e os currículos de comunicação. In: MARQUES DE MELO, J. (org.). *Ideologia e Poder no ensino de comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes/INTERCOM, 1979.
- SILVA, T. D. da. *Televisão brasileira: a comunicação institucionalizada*. Tese de doutoramento desenvolvida no IEL – Instituto de Estudos da Linguagem/ Unicamp, 2002.
- _____. Mídia e imagem urbana. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Cidade atravessada*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. Os manuais da imprensa no Brasil: da Redação à circulação pública. In: ORLANDI, E. P. (org.). *História das idéias lingüísticas no Brasil*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. A língua e a escrita jornalística. In: GUIMARÃES, E. (org.). *Produção e circulação do conhecimento*. Campinas: Pontes, 2001.